



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS NÃO PRESENCIAIS (APNPs)
REFERENTE AO PERÍODO DE IMPLANTAÇÃO – 2ª QUINZENA DE MAIO ATÉ FINAL DA 1ª
QUINZENA DE JUNHO

APRESENTAÇÃO

A aprovação da Resolução CS nº 1/2020, no dia 06 de maio de 2020, registrou a implementação da oferta de Atividades Pedagógicas não Presenciais (APNPs) nos cursos Técnicos e de Graduação do Ifes, como estratégia para a continuidade das atividades acadêmicas no contexto de distanciamento social imposto pela pandemia do Coronavírus (COVID-19).

Entre outras deliberações, com o intuito produzir informações acerca desse novo processo educativo e instrumentalizar a Gestão de Ensino do Ifes na tomada de decisão nesse contexto, a norma institucional reconheceu e asseverou a necessidade de avaliação institucional:

Art. 6º As atividades pedagógicas não presenciais planejadas e estabelecidas, em conformidade com este documento, deverão ser iniciadas em até 20(vinte) dias corridos a contar da publicação desta Resolução.

§ 1º O período de vigência da oferta das atividades pedagógicas não presenciais será analisado em função da **avaliação institucional** e do contexto da pandemia.

§ 2º Caberá aos campi, por meio dos docentes, dos discentes, da equipe pedagógica e da gestão, em até **20 dias corridos do início da implementação** da substituição das aulas presenciais por atividades pedagógicas não presenciais, **realizar avaliação inicial** acerca da metodologia, das tecnologias digitais de informação e comunicação, das ferramentas e dos materiais adotados.

Para tal, por meio de trabalho colaborativo entre as Gestões de Ensino dos campi, suas equipes e a Pró-reitoria de Ensino, organizou-se uma avaliação institucional pautada na aplicação de questionários eletrônicos respondidos por docentes, técnicos administrativos em educação -TAEs e discentes, com base em oito eixos: metodologia utilizada; acesso e uso das tecnologias; desenvolvimento das APNPs; desafios frente a adoção institucional das

APNPs; potencialidades frente a adoção institucional das APNPs; registros relevantes; ações realizadas pelo campus diante da adoção institucional das APNPs e planejamento de próximas ações a partir dos dados dos questionários.

Os questionários para avaliação dos 30 dias iniciais da implantação das APNPs, conforme previsto na Resolução, foram aplicados pelos Campi com sua comunidade escolar e, após produzidos os dados, os Campi encaminharam o relatório à Pró-reitoria de Ensino para que fosse gerado o relatório institucional. Cabe destacar que o objetivo deste primeiro relatório foi levantar informações sobre as demandas, os desafios, e as possibilidades considerando os primeiros 30 dias da implantação das APNPs para que a instituição pudesse traçar estratégias que possibilitassem minimizar os impactos ocasionados pela excepcionalidade da pandemia no processo de ensino e aprendizagem.

Destacamos também, que a excepcionalidade ocasionada pela pandemia trouxe para o mundo situações nunca antes vivenciadas por esta geração. Nesse contexto e considerando que o Ifes tem buscado de diversas maneiras e, em constante diálogo com as equipes dos Campi, acompanhar a implementação das APNPs, a leitura deste relatório é um convite para que se possa entender o processo inicial da implantação das APNPs.

Importa destacar também que a elaboração da avaliação inicial considerou os seguintes documentos:

- a declaração de emergência em saúde pública de importância internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, emitida em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (Covid-19);
- a Portaria n.º 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin), em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (Covid-19);
- a declaração da Organização Mundial de Saúde no dia 11 de março de 2020, definindo a infecção humana pelo novo Coronavírus (Covid-19) como pandemia;
- a Portaria MEC n.º 343, de 17 de março de 2020, alterada pela Portaria MEC nº 345, de 17 de março de 2020, que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do novo Coronavírus (Covid-19);
- a Nota de Esclarecimento do Conselho Nacional de Educação - (CNE), de 18 de março de 2020, que aborda as implicações da pandemia do Covid-19 no fluxo do calendário escolar, tanto na educação básica quanto na educação superior;
- a Medida Provisória nº 934 de 1º de abril de 2020, que estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior, decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;
- a Portaria nº 376, de 3 de abril de 2020, que dispõe sobre as aulas nos cursos de educação profissional técnica de nível médio, enquanto durar a situação de pandemia do novo

Coronavírus - (Covid-19);

- a Nota Informativa n.º 01, de 18 de março de 2020, da Pró-Reitoria de Ensino do Ifes, que trata do cumprimento do calendário escolar em função da suspensão das aulas, motivada pela ameaça de disseminação do Coronavírus (Covid-19),
- o Parecer CNE/CP nº 5/2020, aprovado em 28 de abril de 2020, que trata da reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19;
- a Portaria MEC nº 544, de 16 de junho de 2020, que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid- 19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020; e
- a Resolução do Conselho Superior nº 01/2020 que regulamenta e normatiza a implementação das atividades pedagógicas não presenciais em cursos presenciais, técnicos e de graduação do Ifes, em função da situação de excepcionalidade da pandemia do novo Coronavírus (Covid-19).

A seguir, os eixos serão apresentados, bem como o relato sobre a produção de dados realizada no âmbito dos campi. As Informações pormenorizadas podem ser encontradas no Anexo I, o qual contém os relatórios enviados pelos campi, base para esse relatório.

O Ifes, ciente de sua responsabilidade para com a comunidade escolar e com a sociedade em geral, tem acompanhado a implementação das APNPs em busca de aprimorar esse processo e minimizar os impactos ocasionados por esta situação de excepcionalidade ocasionada pela pandemia Covid-19. Deste modo, já foi publicada, Instrução Normativa da Pró-Reitoria de Ensino, elaborada por Comissão instituída pela Portaria nº 1440, de 24 de julho de 2020, com representação do Fórum dos Diretores de Ensino, do Fórum dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas, do Fórum de Gestão Pedagógica, do Fórum de Registro Acadêmico, do Fórum Institucional de Assistência Estudantil e representante da Pró-Reitoria de Ensino.

Neste contexto, também têm acontecido reuniões periódicas com os Gestores de Ensino, Diretores Gerais e Gestão Institucional como modo de acompanhamento e elaboração de documentos que possam guiar o processo de implementação das APNPs considerando a autonomia pedagógica da instituição e a diversidade dos Campi.

Eixo 1 - Metodologia utilizada

Nesse eixo, buscou-se abordar a metodologia utilizada para aplicação dos questionários a cada grupo participante, o período em que foi realizada a avaliação institucional e o índice de respondentes.

Considerando a data de aprovação e publicação da Resolução CS nº 1/2020, o prazo de até vinte dias corridos para implementação das APNPs nos campi (art. 6º), e ainda, o prazo de até vinte dias corridos dessa implementação para realizar a avaliação institucional (art. 6º §2º), essa avaliação foi realizada em tempos distintos nos diferentes campi do Ifes. Entretanto, é possível observar que ela se concentrou no interstício que abrange o final do mês de maio/2020 e o início do mês de junho/2020.

A consulta utilizou o instrumento de questionário, enviado aos sujeitos da pesquisa (docentes, discentes e TAEs), de forma digital (por redes sociais e e-mail).

O número de respondentes variou conforme os grupos pesquisados. Entre os docentes, o índice de resposta variou entre 50% e 100%, aproximadamente. Entre os TAEs, esse índice teve maior variação ficando entre 25%, e acima de 70%. Entre esse público, apesar da variação, a média de respondentes encontra-se próxima aos 50%. Há que se considerar que os questionários priorizaram os TAEs envolvidos mais diretamente com as APNPs.

Entre os discentes dos Cursos Técnicos, o índice de respondentes variou entre 52% e 85% dos discentes matriculados por campus. Em relação aos graduandos, o percentual de respondentes esteve entre 38% e 60% dos discentes matriculados por campus.

Eixo 2 - Acesso e uso das tecnologias (ferramentas e plataformas)

Este item se dedica a traçar um panorama da oferta das APNPs a partir da análise do acesso e do uso das tecnologias. Dessa forma, a avaliação institucional realizada buscou produzir dados sobre os equipamentos e as formas utilizadas para o acesso à internet, a orientação para o uso dos recursos tecnológicos, os meios utilizados para comunicação e atendimento individual ao discente, as necessidades formativas, entre outras.

Considerando o tipo de equipamento utilizado para acessar as APNPs, quase a totalidade dos docentes utilizaram computador individual, sendo raros os acessos por computador compartilhado ou smartphone. Entre os TAEs, a média de uso de computador individual varia entre 40% e 90%. O acesso por computador compartilhado e smartphone, nesses segmentos, também foi raro.

No âmbito dos discentes, o percentual de uso de computador individual variou entre 10% em alguns campi, e 80% em outros. Em decorrência disso, o percentual de uso de computador compartilhado e de smartphone entre esse público foi mais elevado do que nos demais. O uso de smartphone, em alguns campi, alcançou mais do que 50%, e não foi raro encontrar campi com percentual acima ou próximo de 20%.

A totalidade dos docentes e TAEs respondentes possuíam acesso à internet, e a grande maioria deles realizaram esse acesso por meio de internet fixa, distribuída em sua residência por sinal de wifi ou cabo. Entre os discentes, esse cenário se apresentou menos homogêneo. Em alguns casos, o percentual de discentes que acessaram as APNPs via internet móvel (pacote de dados) chegou a 15%, e um percentual menor (raramente acima de 1,5%) não possuíam acesso à internet.

Quanto à orientação acerca do uso e do funcionamento das APNPs e o uso das ferramentas tecnológicas relacionadas, nos três segmentos (docentes, TAEs e discentes), para a maioria dos respondentes, ela foi satisfatória, restando uma menor parte deles com dúvidas ou que sinalizou que ela foi insatisfatória, ou ainda, que não receberam orientação.

Acerca do uso do Moodle, em específico, na maior parte dos campi, os docentes e os TAEs sinalizaram que “usam com facilidade/dominam” a ferramenta. Mas entre os discentes, o percentual entre os que “usam com facilidade/dominam” e “usam com dificuldade/não dominam” está pareado. Em ambos os segmentos, a menor parte dos respondentes indicou que “não usam”.

No intuito de realizar a comunicação/troca de informações durante as APNPs, os três segmentos apontaram a predominância do uso do Whatsapp, do Moodle, do Sistema Acadêmico, do e-mail e da Webconferência, com destaque para os dois primeiros. Essa tendência foi revelada também para o contexto do atendimento individual ao estudante.

A partir da experiência com as APNPs, a maior parte dos docentes e os TAEs informaram que possuem interesse em formação na área de “avaliação online”, de “produção de material digital”, de “produção de roteiro, gravação de vídeo aulas”, e, em menor percentual, na formação direcionada ao uso do Moodle e da ferramenta de realização de webconferência.

Eixo 3 - Desenvolvimento das APNPs

Este eixo traz o cenário das principais questões apontadas pelos TAEs, docentes e discentes, a partir das percepções de cada grupo, no que se refere aos dados sobre a carga horária utilizada; a orientação aos docentes e discentes; a elaboração/entrega/acesso do material; as ferramentas, estratégias, metodologias; o atendimento aos discentes; o alcance da aprendizagem, a participação dos discentes, dentre outras percepções significativas.

Manifestando sobre a distribuição da carga horária utilizada para a aplicação das APNPs, entre os docentes, a maioria afirma estar satisfeito com a distribuição da carga horária. Para os TAEs é presente a informação de “não souberam responder” e “pouco satisfeitos”.

No que se refere a distribuição da carga horária para o desenvolvimento das APNPs, os

discentes apontam que estão pouco satisfeitos e insatisfeitos. Esse grupo de discentes registrou esse posicionamento devido ao quantitativo elevado de materiais disponibilizados na Plataforma Moodle que comprometeu o processo ensino-aprendizagem, pois ficou além do limite da carga horária semanal.

Registra-se um grupo de discentes, pertencentes ao campus de Alegre, o qual optou pela distribuição de disciplinas por blocos quinzenais alternados, satisfeitos com a distribuição da carga horária.

Quanto à orientação aos docentes e aos discentes no desenvolvimento das APNPs, a maioria dos respondentes, nos três grupos (TAEs, docentes e discentes), afirmou que o planejamento e as orientações aconteceram coletivamente e de forma satisfatória, entretanto, para uma minoria, ainda permanecem algumas dúvidas.

Acerca da elaboração, da entrega e do acesso ao material, na maioria dos campi, os TAEs apontaram que houve o acompanhamento, parceria e contribuições. Dentre os docentes, a maioria respondente afirmou que disponibilizou os planos quinzenais das APNPs com a devida antecedência de 48 horas, conforme previsto na Resolução CS nº 01/2020.

No âmbito dos discentes, a maioria registrou que tiveram acesso aos planos quinzenais e cronogramas mensais dentro do prazo estipulado pela Resolução CS nº 01/2020.

Referente às estratégias de ensino adotadas para o desenvolvimento das APNPs, tanto docentes, quanto discentes, em sua maioria, sinalizaram: listas de exercícios, videoaulas, leituras, fóruns, questionários, atendimento online, chats, webconferências, resumos e resenhas.

Sobre o atendimento aos discentes, o segmento dos TAEs, relatou que foram realizados os atendimentos e orientações relacionadas às dificuldades enfrentadas na adaptação das APNPs. No segmento dos docentes, houve registros da dificuldade de atendimento aos discentes, devido à pouca participação destes, principalmente nos momentos síncronos, e que, muitos atendimentos são prestados através dos canais de atendimento, especialmente pelo WhatsApp, Plataforma Moodle, e-mail institucional e Sistema Acadêmico. Na visão dos discentes, os atendimentos e as orientações direcionados a eles, em sua maioria, aconteceu de forma satisfatória.

Com relação ao alcance da aprendizagem, no âmbito dos discentes, computa-se respondentes pouco satisfeitos e insatisfeitos. Esse grupo relatou as dificuldades na organização dos estudos, o acompanhamento das disciplinas, o não cumprimento dos prazos estabelecidos pelos docentes.

No grupo dos discentes, outras percepções significativas foram registradas. Dentre os fatores relacionados à dificuldade no alcance da aprendizagem, os discentes citaram:

problemas de acesso (internet), falta infraestrutura/local adequado para estudar e a organização da rotina de estudo.

EIXO 4 - Desafios frente à adoção institucional das APNPs

Neste item, os campi objetivaram abordar, a partir da análise dos questionários aplicados, as principais questões apontadas pelos respondentes (TAEs, docentes e discentes) informando as percepções de cada grupo participante no que se refere aos desafios vivenciados neste primeiro momento de aplicação de APNPs, bem como, suas possíveis causas.

Os TAEs registraram, em ordem decrescente, os seguintes desafios frente à adoção institucional das APNPs: a inclusão digital, o curto prazo de planejamento, a adequação da carga horária, produção de materiais, a participação dos discentes.

Os TAEs citaram a falta de domínio de algumas plataformas e problemas de conectividade, como umas das possíveis causas do desafio de inclusão digital.

Quanto ao curto prazo de planejamento, os TAEs responderam como possíveis causas o número excessivo de documentos que devem ser avaliados, e o número elevado de reuniões. Referente a adequação da carga horária, exemplificaram como possível causa uma quantidade considerável de conteúdos trabalhados em um intervalo curto de tempo, dificultando o acompanhamento do conteúdo proposto.

Um percentual de TAEs considerou como desafios frente a implantação institucional das APNPs, a autonomia dos discentes, a Plataforma Moodle e o acompanhamento/atendimento aos discentes.

Diante do desafio da autonomia dos discentes, os TAEs relataram como possíveis causas, a dependência dos discentes, pois não estão acostumados a estudar sem um direcionamento e o acompanhamento mais próximo dos professores.

No âmbito dos docentes, em grande maioria registrou como desafios ao primeiro momento de aplicação de APNPs, em ordem decrescente: a participação dos discentes, a produção do material para as APNPs e a adequação de carga horária com as atividades.

Referente às possíveis causas do desafio da produção do material, os docentes relataram que não tiveram tempo suficiente para se adequar às mudanças que as atividades não presenciais exigem na preparação desses materiais, bem como a gravação de videoaulas, a estruturação/preparação das salas do AVA/Moodle, e que, os planejamentos das APNPs requerem uma carga horária maior do que estavam habituados.

Um grupo reduzido de docentes relatou o planejamento, a autonomia discente, a inclusão digital como sendo também desafios para a implantação das APNPs. Sobre a autonomia

discente, esses docentes descreveram como uma das possíveis causas a ausência do contato presencial, pois os discentes se mostram inseguros e desorganizados em suas dinâmicas de estudo.

Acerca do desafio da inclusão digital, esse grupo de docentes citou como possíveis causas a necessidade de se adaptar ao trabalho com ensino remoto, considerando que os docentes em sua maioria trabalhava, quase exclusivamente, com aulas presenciais. Esse grupo de docentes, relatou ainda, que a capacitação docente se mostra como um desafio, pois para se garantir ensino de qualidade é necessário planejamento e metodologias de ensino adequadas para a implementação das APNPs.

Em uma minoria de docentes, foi registrado como desafios para a implantação das APNPs: a Plataforma Moodle, o trabalho colaborativo e as condições emocionais.

Quanto aos discentes respondentes, em sua maioria, relacionaram como desafio na implantação das APNPs a rotina de estudos, mencionando como possíveis causas para tal desafio a ausência de um ambiente adequado à realização das leituras e tarefas. Alegaram, também, que com a pandemia, esses discentes tiveram que se organizar com os estudos em casa, ajudando nos afazeres domésticos, aulas e atendimento online, além do local de isolamento, que, para alguns, não proporciona condições adequadas para concentração nos estudos.

Um número mediano de discentes citou como sendo desafios frente à adoção institucional das APNPs: a Plataforma Moodle, as atividades avaliativas, a aquisição de computadores e a quantidade de material disponibilizado para estudo.

Sobre o desafio de aquisição de computadores, foi registrado pelos discentes como possíveis causas o fato de que muitos destes estão estudando exclusivamente pelo celular, e que compartilham o computador, ou tablet, ou o notebook com os membros da família.

Com relação ao desafio de quantidade de material disponibilizado para estudo pelos docentes, os discentes apresentaram como possíveis causas a má distribuição dos conteúdos, que na maioria ultrapassa a carga horária semanal da disciplina, gerando assim, o acúmulo de tarefas e o grau de dificuldade, que conseqüentemente, impedem o cumprimento dos prazos estipulados/estabelecidos. Foram relacionados ainda, pelo segmento discente, com um grau menor de intensidade, a autonomia discente, o auxílio durante a realização das atividades e a inclusão digital como sendo desafios neste primeiro momento de aplicação de APNPs.

Registra-se outros desafios citados singularmente pelos discentes, tais como: comunicação com docentes; a disponibilização dos planos quinzenais com mais clareza; melhor grau de resolutividade das atividades propostas pelos docentes; melhoria no fluxo para tirar dúvidas de discentes; o não cumprimento do prazo de 24h em dias úteis para o retorno das

solicitações/questionamentos encaminhados pelos discentes aos docentes; questões familiares e condições emocionais.

Eixo 5 - Potencialidades frente a adoção institucional das APNPs

Nesse eixo, os campi trouxeram as percepções dos TAEs, dos docentes e dos discentes, quanto às principais potencialidades proporcionadas pelo primeiro momento de aplicação das APNPs.

Os TAEs, em sua maioria, assinalaram como potencialidades mais relevantes a criatividade, a inovação e o trabalho colaborativo.

Na percepção de um grupo menor de TAEs, foram consideradas como potencialidades, por ordem de mais citadas: formação em nova área do conhecimento, o uso da Plataforma Moodle, a autonomia acadêmica dos discentes e planejamento/produção de materiais das APNPs.

Quanto aos docentes respondentes, em sua maioria/quase a totalidade, destacaram como potencialidades mais relevantes: criatividade e inovação, o uso da Plataforma Moodle.

Ainda, considerando o grupo de docentes, em quantidade mediana, apresentou como potencialidades: a formação em nova área do conhecimento e o trabalho colaborativo.

Em um número reduzido de docentes, a autonomia acadêmica dos discentes e a adequação da carga horária, foram sinalizadas também como potencialidades.

No âmbito/segmento dos discentes, dentre as principais potencialidades apontadas estão, por ordem de prioridade: a autonomia acadêmica, a inclusão digital, a criatividade e a inovação.

Ainda nesse segmento, uma parte dos discentes, indicou como potencialidades relevantes: a metodologia utilizada pelos docentes, o uso da Plataforma Moodle e organização da rotina de estudos.

Eixo 6 - Registros relevantes

A proposta deste eixo é o registro das ações que se apresentaram relevantes em todos os campi, em um momento de mudança do modo operacional comum ao cotidiano acadêmico.

Docentes, discentes e técnicos administrativos envolvidos com o processo de ensino e aprendizagem discorreram sobre o que foi relevante e deixaram seus registros. Dos 21 *campi*, 19 registraram pontos relevantes referentes a oferta das APNPs como forma de continuar o ano letivo de 2020, e foi possível perceber que a maior de todas as dificuldades foi a insegurança da oferta na forma virtual, no uso das ferramentas digitais e na ausência

dos equipamentos necessários para a interatividade entre docentes e discentes.

Dentre os 19 *campi*, há citação de insatisfação, de dificuldades, de falta de diálogo entre os pares, como fatores relevantes para se deixar registrado, nesse momento único e de tanta importância para a aprendizagem de todos.

Vejamos a seguir um apanhado geral dos principais registros:

A maioria dos docentes evidenciou como dificuldades a participação dos alunos nos momentos síncronos e, conseqüentemente, a falta de retorno e de contato real/virtual como os mesmos, que a interatividade se compraz como uma forma de avaliarem a si próprios. Esses docentes registraram, ainda, que, apesar das dificuldades, a experiência está sendo positiva e desafiadora.

Nessa mesma direção, docentes de 09 *campi* registraram que há discentes não acompanhando as APNPs de nenhuma forma e assim faz-se necessário entrar em contato com esses alunos e buscar meios para que possam participar das APNPs.

Os registros dos docentes de 08 *campi* apontaram que precisam adquirir independência funcional com o uso da tecnologia para a educação à distância, não apenas para esse momento, mas que perceberam o quanto poderão usá-la nos momentos presenciais, como ferramenta de ensino.

Uma boa parcela de docentes apontou dificuldades no manuseio das ferramentas digitais, a instabilidade das redes de internet e a ausência no *feedback* dos alunos, inclusive, alguns registros dos discentes apontam que os docentes têm ficado longos períodos sem contato com a turma, o que tem sido prejudicial, todavia, um *Campus* lembrou que a Resolução não permite que a carga horária semanal ultrapasse a carga horária já ministrada na disciplina semanalmente, o que dificulta a tomada de decisão em termos de organização e distribuição de disciplinas, bem como reposição dos dias sem atividades.

Um outro registro bastante relevante foi a implantação do Núcleo de Tecnologias Educacionais (NTE) como um suporte para este momento por um dos *campi*. Esse grupo apontou dificuldades quanto à observação da participação das atividades no AVA/Moodle e solicitaram ajuda ao Cefor.

Os discentes apontaram que a experiência tem sido desafiadora considerando dificuldades com a aquisição de equipamentos, com o uso de ferramentas digitais, e, ainda, com a falta de uma rotina delimitada de estudos em casa que se confundem com as tarefas domésticas e até mesmo do campo agrícola. Há discentes com a opinião de que as APNPs não deveriam ter sido implantadas.

Um grupo de discentes apontou a dificuldade de participação nas aulas síncronas e na efetivação das APNPs devido à sobrecarga no volume de atividades, nos horários de aulas sobrepostos e assíncronos.

Em 02 *campi*, os discentes disseram que os aspectos emocionais, de organização e sobrecarga devem ser levados em consideração e que a diversidade no acompanhamento das APNPs pelos discentes é evidente, por questões sociais ou mesmo inerentes ao perfil de cada indivíduo.

A partir do registro dos discentes de 13 *campi* constatou-se que as APNPs oferecem uma forma diferente do ensino de uma aula presencial, e que não estão conseguindo manter o mesmo ritmo e nível de aprendizagem. Esse grupo alega que cumprem as atividades para garantirem avaliação e pontos, mas que estão com dificuldades e que julgam ter a qualidade do ensino reduzida, no entanto, confiam na instituição e acreditam que pela situação da Pandemia, ainda assim, é preferível estudar dessa forma, desde que seja no Ifes.

Os registros dos servidores técnicos administrativos (TAEs) envolvidos na oferta das APNPs apontaram como relevante o fato de não terem tido antes a busca de formação para lidar com as tecnologias de educação à distância e dificuldades, principalmente no contato com os alunos e familiares devido a mudanças nos endereços e contatos telefônicos, endereços desatualizados no Sistema Acadêmico, dificuldades no controle e entrega das atividades devido à falhas no cumprimento das escalas e rodízios.

Um grupo de TAEs de 05 *campi* levantaram como principais problemas os referentes à conciliação do trabalho remoto e dificuldades impostas com a vida doméstica; a necessidade de haver maior sintonia entre as ações executadas; e preocupações com discentes que não possuem ferramentas adequadas para as APNPs.

A dificuldade de contato com discentes, apontada pelos TAEs, de acordo com eles é devido ao fato de que muitos não atendem o telefone, não respondem e-mail, e mesmo sendo solicitado através de diversos canais de comunicação, não retornam à comunicação com esses *campi*.

Apesar de todas as dificuldades apontadas pela maioria dos TAEs de todos os *campi*, um deles traz a seguinte contribuição: O momento é desafiador, exaustivo, mas importante, de aprendizado, de renovação, de quebra de paradigmas e nova visão do trabalho docente e pedagógico.

Eixo 7 - Ações realizadas pelo Campus frente a adoção institucional das APNPs

Para relatar as ações realizadas pelos *campi* adotamos uma abordagem de registro geral que corrobora e agrega valores ao esforço implementado por todos os *campi*, sem especificar. Os registros a seguir baseiam-se no levantamento documental dos dados publicados pelos 21 *campi*.

Ficou evidente, a partir do registro individual de cada *Campus*, que para dar início às Atividades Pedagógicas Não Presenciais (APNPs), os 21 *campi* realizaram reuniões de planejamento e de organização para o planejamento, o envio, recebimento, a correção e a avaliação das atividades, com as Coordenadores Pedagógicos, com Coordenadores de Curso, com os Coordenadores Gerais de Ensino, com a Direção de Ensino, bem como com os demais setores ligados ao ensino como a Assistência Estudantil, com os representantes de turmas, grêmios estudantis e/ou diretórios acadêmicos.

Dentre os 21 *campi*, 20 deles realizaram outras ações antes do início da oferta das APNPs, tais como:

Levantamento dos endereços de e-mails, telefones e endereços dos alunos a partir do Sistema Acadêmico para o envio de correspondências avisando do início das APNPs;

- Contato com os alunos e familiares através das redes sociais;
- Publicação no *site* do *Campus*;
- Envio de carta aos alunos e familiares;
- Realização de pesquisa com os alunos e envolvidos dos setores de ensino para levantamento de dados sobre a melhor forma de realização das APNPs e sobre

acesso à internet;

- Envio de um questionário aos alunos que apontaram más condições de acesso à internet com o apoio dos Pedagogos;
- Reuniões com a equipe do Napne para orientações específicas sobre o início das APNPs com os familiares e alunos com deficiências;
- Planejamento com a equipe de administração e de Tecnologia da Informação (TI) dos *campi* para aquisição/locação e disponibilização de *tablets*, computadores e outros equipamentos tecnológicos para alunos com e sem acesso à internet;
- Reuniões para definição da distribuição do auxílio inclusão digital a partir da Portaria do Reitor do Ifes Nº 1182, de 01 de junho de 2020;
- Realização de contato com os candidatos ao recebimento do auxílio inclusão digital para triagem e orientações;
- Elaboração de protocolos e organização de equipes para o envio, recebimento e controle de materiais impressos com as atividades aos alunos.

Esse mesmo quantitativo de *campi* procedeu a mais ações após o início das APNPs, conforme resumo a seguir:

- Elaboração de manuais com orientações para os docentes sobre as formas de envio, do retorno e correção das APNPs;
- Orientação aos docentes sobre as dificuldades dos alunos que não tinham acesso à internet;
- Orientações por e-mail e por grupos de *whatsapp* aos docentes que ainda tinham dúvidas e dificuldades acerca do envio, recebimento e correção das atividades impressas;
- Realização de plantões tira-dúvidas para os alunos e familiares realizados por telefone, envolvendo os setores pedagógico, CRA e Coordenação de Cursos;
- Parceria com o Cefor para orientações via *web aulas* sobre o uso da Plataforma *Moodle*, para alunos e servidores;
- Planejamento e organização de escalas com as datas semanais ou quinzenais de oferta das APNPs;
- Contagem do recebimento do material impresso para checagem das dificuldades dos alunos;

- Envio das dúvidas dos alunos aos docentes pelo Setor Pedagógico;
- Realização de *lives*, de oficinas via web envolvendo vários *campi*, com objetivo de formação e informação dos impactos da pandemia da Covid-19 na vida de todos;
- Oficina realizada pelos Serviços de Psicologia de dois *campi* sobre: “Saúde mental e cuidado na pandemia da Covid-19: reflexões para a educação”, para os servidores;
- Planejamento e realização de reuniões pedagógicas intermediárias para analisar o andamento das APNPs, das dificuldades dos alunos, tomada e encaminhamento de decisões;
- Novas proposições de alterações nas atividades propostas, a partir da realização de Reuniões Pedagógicas e de Coordenadorias de Cursos, tais como: a possibilidade de rodízio de disciplinas, mudanças na metodologia adotada pelo docente, mudanças na quantidade e nos tipos de atividades propostas;
- Elaboração de cronogramas para contato com os alunos e familiares dos alunos menores de idade que não acessaram o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) ou não entregaram as atividades propostas, para orientações e informes;
- Atendimento específico orientado por telefone ou por aplicativos aos alunos com deficiências e/ou a seus familiares.

Eixo 8 - Planejamento de próximas ações frente aos dados dos questionários

Através da observação do planejamento das próximas ações a partir da análise dos dados dos questionários, foi possível perceber que, embora o momento inédito tenha impactado em um nível de insegurança na resolução das demandas do atendimento à distância, as ações planejadas evidenciam a marca e a qualidade da Rede Federal de Educação.

De modo geral, os 21 *campi* sinalizaram que pela necessidade emergencial do trabalho com as APNPs, há espaço para uma maior expansão para o atendimento dessa metodologia de ensino, entretanto, cabe ressaltar a necessidade de discussão entre os pares para uma melhor efetivação visando aproximar o possível da qualidade das aulas presenciais.

Dentre as ações planejadas, destacamos a seguir as que aparecem no planejamento de 20 *campi*:

- A partir da análise dos dados levantados nos questionários, revisar os protocolos

internos, os trâmites das ações, formulários para novas avaliações e organização de novas datas e/ou cronogramas para as APNPs;

- Disponibilizar inicialmente os resultados para toda a Comunidade Acadêmica;
- Após a disponibilização dos resultados, chamar reuniões com os docentes e setores envolvidos no ensino para discussão e aprimoramento das próximas ações;
- Elaboração de eventos *on line* para a Formação Continuada dos Docentes, TAEs, Gestores e alunos, de acordo com as problemáticas e demandas apontadas nos resultados;
- Reorganização dos Calendários Acadêmicos;
- Elaboração de Cronogramas de Ações internas ao *Campus*;
- Aprimoramento da dinâmica de recebimento e correção das APNPs para avaliação e frequência dos alunos;
- Planejamento e realização de reuniões pedagógicas intermediárias e/ou finais para finalização dos ciclos de acordo com as datas dos *campi*;
- Manutenção do auxílio emergencial de inclusão digital, a partir de novos mapeamentos e análises dos alunos que necessitam recebê-lo;
- Ampliação do grau de elaboração de rotinas de estudos para o corpo discente;
- Organização de novas quinzenas para a oferta das APNPs com novas disciplinas e/ou novos conteúdos;
- Planejamento Didático-Pedagógico de novas APNPs, em Reuniões Pedagógicas;
- Foco na formação dos Docentes e Técnicos-administrativos para atuarem nas atividades não presenciais, nas plataformas existentes e na adequação das técnicas e metodologias do ensino para ampliação de novas metodologias e técnicas de ensino;
- Acompanhamento mais ostensivo às solicitações de trancamento de curso pelas Coordenadorias de Cursos e Coordenação Pedagógica com o objetivo de identificar as dificuldades dos alunos para o estudo remoto, seja por demandas do trabalho, domésticas, falta de acesso aos meios digitais, questões de saúde, financeiras, etc. O contato telefônico ou por mensagem aos alunos que solicitarem o pedido de trancamento de curso poderão ser meios para realizar essa identificação;
- Fazer alterações na oferta das disciplinas para rodízio evitando a sobrecarga de docentes;
- Propor algumas alterações na metodologia de ensino e no tipo de tarefas propostas,

quando esses dados forem pontuados nos resultados dos questionários;

- A possibilidade alteração do plano quinzenal, para mensal, também se mostra como um possível fator para redução da sobrecarga tanto para docentes, quanto para o setor pedagógico;
- Ampliar o prazo para o Setor Pedagógico e Coordenadores de Cursos analisarem os planos quinzenais e os materiais usados pelos docentes;
- Organizar protocolo padronizado para os materiais impressos, com o objetivo de otimizar as impressões e o trabalho da Coordenadoria de Apoio ao Estudante;
- Realização de avaliação ao final dos Grupos de Trabalho para verificação do desempenho dos alunos quanto às APNP.

Em seus relatórios, a maioria dos *campi* pontuou ser fundamental que as APNPs sejam continuadas, porém visando, substancialmente, a aprendizagem dos discentes, a redução do impacto na vida acadêmica dos discentes do Ifes.

BREVES CONSIDERAÇÕES DESSE MOMENTO INICIAL

Toda mudança gera reação, é um processo natural. A esse respeito lembramos do que registrou Karl Polanyi, 2000, p. 55:

O ritmo da mudança muitas vezes não é menos importante do que a direção da própria mudança; mas enquanto essa última frequentemente não depende da nossa vontade, é justamente o ritmo no qual permitimos que a mudança ocorra que pode depender de nós.

A Educação por meios virtuais foi regulamentada pela Lei nº 9.394/96, já no final dos anos 90, e, no artigo 80, aponta que esta poderia ser uma das soluções de enfrentamento para o desafio de formar pessoas em um território imenso como o Brasil, com tantas dificuldades que as comunidades mais empobrecidas passavam para manter-se nas instituições escolares.

Essa lei atribui ao Poder Público o papel de “incentivar o desenvolvimento de programas de ensino à distância para todos os níveis e modalidades de ensino e de Educação Continuada”,

e no artigo 87, parágrafo 3º, inciso III, aponta como dever dos Municípios, Estado e União a realização de programas de Capacitação para todos os professores em exercício.

Ainda assim, passados tantos anos, podemos perceber o estranhamento, a inadaptação e o burburinho causado pela necessidade que emergiu da situação inédita do afastamento social quanto ao uso da tecnologia para a continuidade do ano letivo, pela comunidade acadêmica do Ifes, conforme os relatórios dos *campi* nos aponta. Entretanto, o Ifes, através do Cefor, vem ofertando diversos cursos para o exercício da docência à distância desde 2010, e, para os discentes, diversos cursos e atividades com o objetivo também, de atender à legislação.

Todos sabemos que é um período difícil para a comunidade acadêmica adaptar-se a mudanças tão profundas em seus cotidianos, uma transição que pegou a todos de surpresa, e que acentuou as desigualdades sociais e as dificuldades econômicas, os desajustes políticos e a relação de trabalho até então conhecidas.

Esse novo contexto exigiu dos servidores e discentes do Ifes, segundo os registros, qualificações para lidar com a tecnologia de aulas não presenciais, que a maioria ainda não tinha, o que evidenciou que a necessidade pode gerar novas práticas e transcender o automatismo.

A partir dos registros publicados pelos *campi* foi possível perceber os avanços que conquistamos no que diz respeito ao início do isolamento social, período marcado por muita insegurança em toda a comunidade acadêmica e administrativa do Ifes, por se tratar de situação inédita.

No período inicial, entre os meses de março e maio, houve uma atuação tímida denotada por diversas incertezas dada a situação de excepcionalidade vivida. A diferença desse comportamento inicial tornou-se mais latente entre os meses de junho e julho, quando foi possível ver as ações planejadas em execução e, ainda todas as possibilidades de avaliação, replanejamento e reorganização.

Cabe destacar, em linhas gerais, o inegável esforço de todos os *campi* com suas equipes, para um grande salto e superação de desafios em relação aos primeiros meses do

isolamento social e suspensão das atividades presenciais, até a implementação das APNPs.

Vale ressaltar, para concluir, que as informações aqui apresentadas estão, desde o envio dos relatórios pelos Campi, sendo utilizadas para embasar novas ações e estratégias no acompanhamento da implementação das APNPs.

Referências:

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. DOU, Brasília, 1997.

POLANYI, K. A grande transformação. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

Vitória-ES, 24 de setembro de 2020.

